

MEMÓRIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA BOCAINA.

No dia seis de março de dois mil e vinte, às 9h45 horas, no auditório da APA de Cairuçu, localizado na Rua Glauber Rocha, 2077, Portal de Paraty, Paraty – RJ, mediante convocação por ofício circular SEI nº 1/2020, reuniram-se os membros do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina, sob a presidência do Senhor Mario Douglas Fortini de Oliveira, Chefe do Parque, para avaliação dos seguintes tópicos de pauta: Apresentação sobre os empreendimentos da Unidade de Negócios da Petrobras na Bacia de Santos, a lista dos projetos e condicionantes e plano de Emergência para Vazamento de Óleo; Atualização sobre as ações do PNSB no ano de 2019; Câmara técnica e GT – Relato das ações e dificuldades; Estratégias de melhoria/aprimoramento para o funcionamento dos GT e encaminhamentos. Estavam presentes os seguintes membros Conselheiros: Daniela Avelar (T) representante do Parque Nacional da Serra da Bocaina; Talitha Monfort Pires (T) Área de Proteção ambiental Cairuçu, Luiz Fernando G. Brutto (T) representante da Estação Ecológica de Tamoios, André Barbosa Santos (T) representante da Secretaria de Meio Ambiente de Cunha; Rosângela M. Nunes (T) representante da FUNAI, Lucas Abdala (T) representante da Cunhatur; Patrícia da Conceição (T) representante da Associação de Guias e Turismólogos de Paraty; Nino Benite da Silva (T) representante da Associação da Aldeia Araponga; Otoniel Almeida de Souza (S) representante da Associação de Remanescentes do Quilombo do Camburi; Sergio Lutz Barbosa (T) representante dos proprietários conservacionistas de São José do Barreiro; Fausto Rosa de Campos (T) representantes da Associação de Moradores de Trindade (AMOT); Nilton Passos Silva (T) representante da associação dos moradores e produtores Rurais de São Roque; Iliel Teixeira Rosa (T) e Pedro Henrique O. Amorim (S) representantes da Associação dos barqueiros e pequenos pescadores da Trindade (ABAT); Israel da Fraga Filho (T) e Cesar M. Vieira (S), representantes da Associação dos produtores orgânicos de Paraty; Thatiana Duarte do M. L. Lourival (T) representante do Observatório de Territórios Sustentáveis e saudáveis da Bocaina/Fiocruz OTSS; Marcela Albino Cananéa (S) representante do Fórum de Comunidades Tradicionais de Paraty e Maria Guadalupe de Pereira Brienza Lopes (T) representante da ONG Caxadaço Bocaina Mar. Além dos membros conselheiros, estiveram presentes os seguintes convidados e visitantes: Natália Bahia consultora da Associação dos barqueiros e pequenos pescadores da Trindade (ABAT); Thaís Pezzino representante APA Municipal de Paraty; Luiza Benite de Souza representante da Aldeia Araponga; Claudia Gomes representante da Associação Convention; Sergio S. França representante da Petrobras; Geraldo Tannús representante da Defesa Civil de Cunha; Maristela Resendes representante do PARNA Serra da Bocaina; Sheila Irama da Silva representante do Cachadaço Bocaina Mar; Domingos representante da Agenda 21 e Maria Dulce de Vasconcelos representante do Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Cunha. A reunião foi iniciada pelo Presidente Sr. Mario Douglas Fortini de Oliveira dando boas-vindas a todos e em seguida convidou os representantes da Petrobras Sr. Sérgio e Sra. Paola para apresentação do primeiro assunto da pauta. Sérgio é de Paraty, trabalha na gerência de meio ambiente da Petrobras, ressaltou que a área de exploração fica em Santos e administra os empreendimentos da região de Paraty e concluiu que um dos braços da empresa é tentar aproximação nas áreas de influência de atuação. Paola é Engenheira de Meio Ambiente e Segurança da Petrobras, explicou que trabalha com licenciamento ambiental na Bacia de Santos, auditoria e equipe de contingência e logo após iniciou sua apresentação que foi dividida em duas partes: Atividades da Petrobras na Bacia de Santos e como a Petrobras se prepara para os impactos ambientais. Paola manifestou que a Petrobras foi criada em 1953 e ao longo dos anos foi se desenvolvendo nas atividades tecnológicas atuando em vários segmentos na indústria de energia com o propósito de monitorar o ambiente e criar certificações internacionais de segurança e meio ambiente focadas na ecoeficiência. Paola disse também que 85% da produção é marítima, contando com 113 plataformas e 60% da produção de exploração do petróleo vem do Pré-Sal do Brasil e está sendo extraído em profundidades cada vez maiores, aumentando a produção ao longo do tempo. Explicou as etapas de extração do Petróleo e levou um testemunho de rocha

de reservatório para os participantes da reunião. Mostrou os limites da Bacia de Santos através do mapa geográfico, a quantidade de plataformas que operam no território e as áreas de exclusão com normas impostas pela Marinha para precaução de acidentes. Logo após, apresentou as etapas de licenciamento ambiental para áreas de exploração do petróleo, elencando os impactos positivos e negativos gerados pelo empreendimento. Explicou que parte das condicionantes de licenciamento é convertida em projetos aplicados em comunidades direta ou indiretamente afetadas pela exploração do petróleo e a licença só é válida caso a empresa cumpra com essas condicionantes. Paola conclui a primeira parte da apresentação mostrando a quantidade de royalties pagos no ano de 2019 para Estados e Municípios produtores, afetados ou que tem instalações petroleiras e ressaltou que cabe a sociedade fiscalizar a utilização desses recursos. Prosseguindo para o segundo assunto da pauta, informou a gestão de contingência da Petrobras e como trabalhar gerenciando riscos. Explicou a diferença entre os dois planos de emergência: PEI – Plano de Emergência Individual e PEVO – Plano de Emergência para vazamento de óleo e ainda sobre o estudo de modelagem, que foi apresentado através do mapa com contornos de probabilidade de vazamento de óleo. O Chefe Douglas questionou se existe probabilidade de acidentes de vazamento de óleo na região de Paraty. Paola respondeu que no inverno existe uma probabilidade elencada no estudo de modelagem. Trouxe que existe a análise de vulnerabilidade e a probabilidade de vazamento do óleo, considerando as características de cada região, como: as áreas sensíveis, comunidades e existência de Unidades de Conservação. Paola concluiu a segunda parte da apresentação dizendo que a empresa conta com centros de defesa ambiental, mantém embarcações em prontidão e promove simulados e treinamentos em diversos estados ao longo do tempo para combater qualquer tipo de emergência nas plataformas. A Sra. Patrícia questionou qual a diferença entre Petrobras e Transpetro. Paola respondeu que são empresas diferentes focadas na mesma gestão. O Sr. Sérgio, representante dos proprietários conservacionistas de São José do Barreiro questionou quanto recurso da Petrobras chega para o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Douglas disse que recentemente houve a destinação de 70 milhões para o parque, oriundas de diversos empreendimentos, dentre eles os da Petrobras, sendo a maior parte dos recursos previstos para a regularização fundiária da UC, mas ainda não é possível acessar este recurso. Sr. Fernando Brutto ressaltou que a compensação deve estar prevista no SNUC e é um dano não mitigado. Foi discutida em plenária a lógica complexa de distribuição dos royalties de petróleo entre os municípios afetados. Douglas levou o posicionamento do Parque em relação ao Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos (PAIC) que trouxe uma proposta incrível para o território para avaliar os impactos cumulativos na região, no entanto não permitiu a participação da unidade que sofre com a ocupação irregular, nem tão pouco considerou essa ocupação irregular identificada como efeito dos empreendimentos como algo a ser monitorado ou sofrer intervenção. A Sra. Talitha afirmou que a ocupação irregular e o turismo desordenado também ameaçam a Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Sr. Domingos representante da Agenda 21 citou que o PEA – Programa de Educação Ambiental, criado pela Petrobras no âmbito do licenciamento de seus empreendimentos na região, fez diagnósticos bem fundamentados, mas não trouxe resultados das ações e nem teve diálogo com as comunidades. Paola explicou que o PAIC foi realizado pela primeira vez no território e o relatório final está disponível no site com indicativos de novos trabalhos para a gestão pública. Talitha ressaltou que é preciso cobrar ações da Petrobras e também a gestão estadual e municipal para que apliquem seus planos. Sérgio representante da Petrobras expôs que o PEA é recente no território, vem para preparar as comunidades para um possível impacto e irá para uma segunda fase de planejamento que será mais próxima dos pescadores. O chefe questionou se o Projeto Povos fará todo o diagnóstico pela metodologia participativa da cartografia social, o que segundo ele é insuficiente para um diagnóstico completo conforme prometido pelo projeto. Sérgio disse que a metodologia discute temas que serão levados para as comunidades, sobretudo a cartografia social. A Sra. Marcela complementou a fala de Sérgio dizendo que as comunidades estão desenhando seus

próprios mapas com as áreas de riscos, turismo de base comunitária, entre outros pontos. Ficou encaminhado que a equipe do Projeto Povos fará uma apresentação para o conselho consultivo do Parque na próxima reunião. O Sr. Chefe agradeceu a apresentação da Petrobras, fez uma breve rodada de apresentação entre os participantes e prosseguiu para o próximo ponto de pauta da reunião: Diagnósticos das Atividades do PNSB em 2019. Explicou que o programa de voluntariado é muito importante para a unidade, e em 2019 ampliou para atender demandas de Trindade e Pedra da Macela e a ideia é expandir ainda mais em 2020 devido às demandas da sociedade e da própria unidade de conservação. Mostrou que no ano anterior, foram instaladas 60 placas de sinalização dentro dos limites da unidade juntos às lideranças comunitárias, reduzindo ocupações irregulares e melhorando a sinalização para reconhecimento do Parque. O Sr. César, representante da associação dos produtores orgânicos de Paraty disse que existem problemas referentes aos limites do Parque em diversas comunidades e ressaltou a importância de instalar placas sinalizando o início do limite da unidade. Douglas elencou que existe um projeto maior que prevê esse modelo de sinalização com informações que serão alinhadas com as comunidades e concluiu dizendo que a ideia é que se multiplique ao longo dos anos. Em relação à fiscalização no ano de 2019, foram realizadas 23 ações, 73 dias em campo, 102 autos de infração lavrados e 11 demolições/desmontes de estruturas precárias, com a perspectiva de manter esforço de campo durante este ano. Foram emitidas 14 Autorizações diretas e 42 Autorizações para pesquisa. No tocante às pesquisas socioambientais no território vinculadas às universidades e apoiadas pelo Parque, ficou acordada a necessidade de envio do relatório final dos pesquisadores para o sistema. Douglas sugeriu a realização de um seminário de pesquisa com apoio do conselho e instituições presentes. Talitha aconselhou agregar as unidades de conservação de Paraty e fazer um seminário integrado. Fernando Brutto ressaltou a importância de os pesquisadores estarem presentes. O Chefe passou a tratar da Implementação do PNSB –Portal de Mambucaba: obras iniciadas e atrasadas em virtude das chuvas no período; Construção das regras do portal finalizada, pendente de apresentação para a comunidade. Douglas explanou que o projeto foi para a Procuradoria Federal Especializada do ICMBio e voltou sem alterações, pendente apenas de apresentação para comunidade. Este portal está em uma região do Parque Nacional em que existem moradores e que o mesmo não dá e nem tira direitos, apenas aumenta o controle com regras que foram construídas em conjunto com a própria comunidade. O senhor Iliel perguntou se toda a comunidade está inserida dentro do Parque. Douglas respondeu que apenas uma parcela está inserida em processo de regularização fundiária. Maristela afirmou que não existe um termo de compromisso e sim regras de operação do portal. A Sra Daniela, disse que dia 14 de março será feita reunião para apresentação para a comunidade. Sobre a implementação do PNSB na Pedra da Macela- Financiamento via TAC FURNAS: estacionamento, receptivo, recuperação de estrada de acesso, encolhimento das estruturas de FURNAS, Banheiros, Mirantes com circuito acessível. Serviços de limpeza, manutenção, vigilância e monitoria – edital aberto. Douglas disse que precisará do apoio da Prefeitura de Cunha para efetivação da primeira etapa do projeto. O Sr. André, representante da Secretaria do Meio Ambiente de Cunha afirmou que a prefeitura está disposta a ajudar no que for preciso. Marcela questionou se será cobrada taxa após conclusão do projeto. Douglas afirma que existe a possibilidade de cobrança. A Sra. Patrícia mencionou o excesso de carga dos atrativos turísticos e questionou se existe algum estudo neste sentido. Douglas respondeu que existem iniciativas no território de manejo adaptativo baseadas no monitoramento. Implementação do Parque em Trindade – Financiamento TAC CHEVRON para construção da praça de entrada, projeto com empresa contratada e o processo de desenvolvimento do projeto inclui a participação da comunidade. O Projeto está atrasado devido às exigências vindas de Brasília, que prevê algo maior que esteja relativamente pronto para se concessionar futuramente. Douglas apresentou o projeto de Trindade que inclui a praça pública que será construída coletivamente com a comunidade e inclui ponto de ônibus, espaço para a venda de produtos típicos, e ainda um monumento a ser

desenvolvido pela comunidade. No âmbito dos grupos de trabalho, Douglas apresentou as prioridades de trabalho de cada grupo e fez o balanço das atividades, elencando os dois grupos que realizaram ações: GT Sertões e GT Trindade. Após intervalo, foi organizado o cronograma para os próximos passos dos GT de acordo com os representantes presentes. Em relação ao **GT Pedra da Macela e Campos Novos de Cunha**, houve a necessidade de estudar alternativas legais para diminuir distorções do empreendimento, considerando questões fiscais e de arrecadação entre os municípios de Paraty e Cunha e discutir parcerias para execução da primeira etapa do projeto TAC Furnas. Será agendada uma reunião do GT para discutir os temas prioritários antes da próxima reunião ordinária do conselho do Parque. O **GT São José do Barreiro/Areias e Bairro dos Macacos** realizou atividades, que foram relatadas pelo Sr. Sérgio e será agendada reunião para discutir temas como: combate a caça, pesquisa e necessidade de presença do ICMBio no território. O **GT Trindade** possui um plano de trabalho consolidado e por ter os mesmos representantes foram incorporadas as ações em conjunto entre Parque e Trindade. Foi elencada a necessidade de reunião para alinhamento do saneamento de Trindade, no tocante as solicitações para captação de água feitas pela Associação de Moradores de Trindade e Prefeitura Municipal de Paraty. **GT Mambucaba** não teve representante na reunião, mas está caminhando e serão tratados assuntos via rede social. **GT Estrada Paraty Cunha**, através da representante Maria Dulce, elencou a necessidade de mobilizar o grupo para tratar dos assuntos emergenciais, como: deslizamentos superficiais de rochas, descumprimento de condicionantes de licenciamento ambiental, projeto de sinalização e projeto de portaria. Lucas Abdala, Geraldo Tannús e André Santos entraram no GT Estrada Paraty Cunha. A **Câmara Temática de Populações Tradicionais** foi mobilizada, mas não realizou nenhuma ação. De acordo com a demanda dos representantes presentes, foi acordado agendar uma reunião para tratar sobre as ações demolitórias na comunidade do Camburi e realizar oficinas de conhecimento de direitos e deveres das populações tradicionais. Douglas sugeriu chamar as comunidades da Forquilha e Ubatumirim para comporem essa câmara temática. As reuniões dos grupos de trabalho serão mobilizadas pelo Parque por grupos de *whatsapp* e a próxima reunião do conselho consultivo será informada com antecedência. A Sra. Daniela, secretária executiva do conselho, ressaltou a necessidade de publicar apenas mensagens relevantes nos grupos de *whatsapp* e distribuiu o Guia de Conselhos Gestores das Unidades de Conservação. Pedro pediu a palavra para solicitar a inclusão de um tema no GT Trindade: quais serão as regras para implementação do Parque em Trindade, caso mude o gestor da Unidade. O Chefe disse que todas as regras serão publicadas oficialmente. O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e às 13h35min e declarou encerrada a reunião. Para constar, lavrei a presente memória que, após ser lida será encaminhada para os conselheiros e conforme regimento interno se ninguém enviar considerações a Ata será considerada aprovada pelos membros desse Conselho e assinada pelo Presidente e a responsável pela sua elaboração. Paraty, 06 de março de 2020. Caroline Vernillo Bigone, relatora da reunião.

